

CHIPRE

REPÚBLICA DE CHIPRE

Chefe de Estado e de Governo:

Demetris Christofias

Penal de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

0,9 milhões

Esperança média de vida:

79,6 anos

Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):

7/6 por 1000

Taxa de literacia nos adultos:

97,7 por cento

Apesar de introdução de nova legislação, o tráfico de mulheres para exploração sexual continuou. Dez agentes de polícia acusados de espancar dois estudantes em 2005 foram absolvidos. A Lei de Refugiados foi alterada em Novembro.

Antecedentes

Prosseguiram as negociações entre os governos cipriota grego e cipriota turco. A migração e o direito de propriedade, incluindo o direito de restituição e a protecção dos refugiados, encontravam-se entre os temas em discussão. Os direitos das minorias e das mulheres não foram discutidos nas negociações.

Pessoas desaparecidas

O Comité da ONU para as Pessoas Desaparecidas em Chipre prosseguiu o seu trabalho. Os restos mortais de 104 pessoas foram exumados em diferentes locais da ilha entre Janeiro e Setembro.

Direitos dos refugiados e migrantes

Em Novembro de 2009, a Lei (Emendada) dos Refugiados transpôs para a legislação nacional a Directiva sobre os Procedimentos de Asilo da UE. Ao abrigo da nova legislação, e de acordo com o artigo 146 da Constituição, os requerentes de asilo têm direito a apelar contra uma decisão negativa de primeira instância junto da Autoridade de Recurso para os Refugiados ou do Supremo Tribunal. Os requerentes de asilo podem recorrer de uma decisão negativa da Autoridade de Recurso dos Refugiados para o Supremo Tribunal. Causou preocupação o facto de as emendas não garantirem o direito a uma reparação eficaz perante o tribunal tal como previsto no artigo 39 da Directiva sobre os Procedimentos de Asilo, uma vez que a autoridade do Supremo Tribunal se limita à revisão da legalidade do caso e não dos seus méritos. A nova Lei concede ao requerente de asilo o direito a ser acompanhado gratuitamente por um intérprete na audiência perante a Autoridade de Recurso ou perante o Supremo Tribunal, em determinadas condições. A Lei permite ainda que os menores desacompanhados sejam representados nos procedimentos de asilo pelo Comissário para os Direitos da Criança.

Em Maio, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU manifestou a sua preocupação relativamente à detenção prolongada e em condições inadequadas de requerentes de asilo cujo pedido foi rejeitado e migrantes irregulares.

Em Setembro, a polícia levou a cabo uma operação contra os migrantes irregulares residentes na parte velha de Nicósia. O Provedor de Justiça manifestou a sua preocupação relativamente à forma como a operação foi levada a cabo, incluindo a realização de raids domiciliários e o recurso a postos de controlo policial nas ruas.

Em Novembro, as autoridades salvaram 110 trabalhadores romenos trazidos para Chipre por uma rede de tráfico. Os 110 romenos viviam em condições esquálidas num barracão na localidade de Tseri, nos arredores de Nicósia.

Violência contra mulheres e raparigas

Em Maio, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU manifestou a sua preocupação continuada com a dimensão do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Esta preocupação manteve-se, apesar da abolição em 2008 do sistema de vistos para artistas, que contribuía para o tráfico.

Forças policiais e de segurança

Em Março, o Tribunal Criminal de Nicósia absolveu 10 agentes de polícia que estavam a ser julgados por vários crimes, incluindo tratamento cruel, desumano e degradante. Foram absolvidos de uso excessivo da força contra dois estudantes algemados, Marcos Papageorghiou e Yiannos Nicolaou, em Dezembro de 2005. A sua absolvição foi controversa devido à existência de vídeos que mostram os maus-tratos. Em Novembro, o Procurador do Ministério Público recorreu contra a decisão de absolver os polícias.